

**“PARA NÃO CAIR NA ÁGUA, CONSTRUÍ UMA PONTE SOB OS MEUS PÉS”: AS
CARTAS DE FLÁVIA SCHILLING E A ESCRITA DE SI****“NOT TO FALL INTO THE WATER, I BUILT A BRIDGE UNDER MY FEET”: THE
LETTERS OF FLÁVIA SCHILLING AND SELF WRITING**

DOI 10.5281/zenodo.8311732

Carolina Langnor¹Mariani Viegas da Rocha²

Resumo: Inspirado nos escritos de cárcere de Flávia Schilling, este artigo pretende apresentar uma análise dos conceitos de escrita de si e escrita feminina para pensar o campo da História. Como metodologia de análise, foram abordados os estudos da História da Sensibilidade. Em sua perspectiva epistemológica, este trabalho se embasou em teorias feministas interseccionais, assim como nos estudos de gênero e sexualidade pós-estruturalistas. A partir de uma reflexão acerca do uso de cartas como fonte, o artigo se propõe a discutir como a escrita de Flávia Schilling oferece uma perspectiva de análise histórica para além de uma visão normativa e falocêntrica. Ao contar de si, a autora estabelece uma relação própria com o tempo e o espaço, imprimindo em seus relatos um modo outro de se relacionar com os eventos históricos e refletir sobre suas experiências pessoais. Como militante do Movimento Tupamaro, Flávia Schilling foi considerada uma figura marginal para o regime militar uruguaio entre os anos 1970 e 1980. Durante oito anos na prisão, ela conviveu com torturas cotidianas e teve sua comunicação com o mundo externo supervisionada e constrangida. Entretanto, Flávia fez desta escassa possibilidade sua principal via de expressão e resistência. Suas cartas somaram dois livros, publicados ao final do ano de 1980, contendo o total de cento e setenta e cinco cartas, das quais três foram analisadas neste artigo.

Palavras-chave: Cartas. Escrita de si. Estudos de gênero.

Abstract: Inspired by Flávia Schilling's prison writings, this article intends to present an analysis of the concepts of self writing and feminine writing to think about the field of History. As a method of analysis, we approached the studies of the History of Sensitivity. In its epistemological perspective, this work was based on intersectional feminist theories, as well as post-structuralist gender and sexuality studies. Reflecting on the use of letters as a source, the article proposes to discuss how Flávia Schilling's writings offer a perspective of historical analysis that goes beyond a normative and phallogocentric view. When telling about herself, the author establishes her own relationship with time and space, imprinting in her reports another way of relating to historical events and reflecting on her personal experiences. As a militant of the Tupamaro Movement, Flávia Schilling was considered a marginal figure for the Uruguayan

¹ Doutora e mestra em Educação pela Universidade Federal do Paraná (UFPR). Graduada em Pedagogia pela Universidade Federal do Paraná - UFPR/ Setor de Educação. Pesquisadora do LABIN - Laboratório de Investigação em Corpo, Gênero e Subjetividade na Educação (CNPq/UFPR). ORCID <https://orcid.org/0000-0001-8784-7965> E-mail: carollangnor@gmail.com

² Doutoranda e mestra pelo Programa de Pós-graduação em Educação da Universidade Federal do Paraná (PPGE-UFPR). Pesquisadora integrante do LABIN - Laboratório de Investigação em Corpo, Gênero e Subjetividade na Educação. Especialista em Ensino da Geografia e da História pela Faculdade de Educação da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (FACED-UFRGS). Historiadora pela Universidade La Salle (UNILASALLE). E-mail: mariani.viegas@ufpr.br

military regime between the 1970s and 1980s. During eight years in prison, she lived with daily torture and had her communication with the outside world supervised and constrained. However, Flávia made this scarce possibility her main means of expression and resistance. Her letters amounted to two books, published at the end of 1980, containing a total of one hundred and seventy-five letters, of which three were analyzed in this article.

Keywords: Letters. Self writing. Gender studies.

Introdução

Este artigo tem como objetivo a análise das cartas de Flávia Schilling na perspectiva pós-estruturalista das discussões de gênero e sexualidade. Por meio da História das Sensibilidades como método de investigação, o uso desta fonte nos permite identificar como a escrita feminina, em seus relatos históricos e pessoais, pode produzir articulações político-literárias potentes tanto para o campo dos estudos de gênero como para o campo da História.

Assim como outras militantes, Flávia Schilling viveu um cotidiano de tortura e repressão, mas também de resistência. Durante sua prisão no Uruguai, no período que abrangia os regimes ditatoriais na América Latina, seus escritos de cárcere, em forma de cartas, foram produzidos entre os anos 1972 e 1980. Nos seus escritos, Flávia conta das dificuldades dos dias de reclusão, fortemente expressos através de uma escrita que implicou em expandir as limitações impostas ao corpo por meio da escrita sensível ao seu entorno – uma escrita de si.

Como objeto de estudo, as análises da escrita de si em cartas ou diários nos permite ter um olhar outro sobre a história. Por ser de uma autoria que se propõe a lidar com a própria *psique*, a escrita de si expressa não somente a subjetividade de quem escreve, mas também a prática do si em sua relação com o tempo, com a história. Se trata de uma história do sensível da vida, em que desejo e subjetividade tornam o exercício da autoria seu veículo de trânsito em meio ao acontecimento. Os eventos são então interpretados e escritos de uma maneira própria, com o intuito de relatar aquilo que é parte de uma vivência coletiva na história e, ao mesmo tempo, a particularidade

da experiência individual pelo exercício da autoria de si – imprime-se uma sensibilidade na História.

Deste modo, podemos afirmar que os escritos literários na escrita de si são produções privilegiadas na História das Sensibilidades. Do mesmo modo, a escrita de mulheres – ou se quisermos afirmar uma escrita do feminino – implica em uma autoria da experiência feminina diante do evento histórico. Em uma perspectiva dos estudos de gênero, é preciso que se pense em um modo outro de relatar o acontecimento, um modo não falocêntrico, um modo que desafie os artifícios cartesianos e colonialistas de se pensar o mundo. Trata-se de um olhar que requer uma posição sensível para a tarefa analítica do tempo. Assim, a História da Sensibilidade pode ser um caminho metodológico produtivo para as epistemologias feministas. Se o mote feminista de que a experiência pessoal é sempre também uma instância política³, então os escritos de mulheres sobre suas vivências na história expressam uma dimensão político-literária capaz de transformar nossas percepções da realidade, tornando suas produções uma possibilidade de novos paradigmas de resistência política⁴.

Dizer de uma escrita feminina não consiste em reiterar uma lógica biologizante sobre aquela⁵ que escreve, pautada na ideia de diferença sexual, ou mesmo adotar uma ideia de construção cultural que poderia moldar os sujeitos como corpos esvaziados e não desejantes. Para os estudos pós-estruturalistas, um objeto de análise se constitui

³ A conhecida frase do movimento feminista “o pessoal é político” se popularizou a partir dos movimentos de contracultura nos anos 1960 em que as mulheres, ao reivindicarem outros espaços públicos de atuação, propuseram debates que questionassem as relações de exploração feminina, majoritariamente relegando-as às obrigações domésticas e à manutenção da moralidade da dominação masculina (MIGUEL&BIROLI, p. 2014).

⁴ Um desses exemplos são os relatos de Rigoberta Menchú que deu visibilidade às torturas de assassinatos que seu povo sofreu durante as repressões da guerra civil na Guatemala. Seu povo, da etnia indígena maia quiché, foi sistematicamente perseguido e dizimado. Os relatos de Rigoberta contam das tragédias pessoais vividas por ela e sua família. Sua dor e o sofrimento são ao mesmo tempo um contar de si e um contar de um povo que, como projeto de uma política nacional, se tornou alvo de extermínio. Ao mesmo tempo, o contar de si de Rigoberta Menchú foi um lugar de resistência para que a morte física não fosse também a morte da memória e apagamento de seu povo (BURGOS, 1993).

⁵ Ao longo do texto, optamos por utilizar no feminino todos os termos no plural, ou que indiquem uma coletividade, como posicionamento epistemológico que questiona o uso da categoria homem, e dos termos masculinos, como representação única e universal da existência humana. Categoria esta que foi historicamente constituída e amplamente incorporada na intelectualidade, e por meio da escrita, para a substituição e apagamento do feminino e da pluralidade das subjetividades (LAQUEUR, 2001).

como instância contingente, sem se apoiar em pressupostos de universalidade, ou de uma grande verdade, de tal maneira que o que se torna relevante são as margens.

De acordo com o autor James Williams (2012), nas teorias pós-estruturalistas “não há um âmago conhecido que não pressuponha o limite. O limite vem primeiro, não o âmago” (WILLIAMS, 2012, P. 19). Deste modo, os estudos pós-estruturalistas irão questionar a suposta estabilidade das produções de saberes a respeito da relação sexo-corpo-gênero-sexualidade e, assim, pôr em discussão quais os jogos discursivos que pretendem falar de uma verdade do sujeito. Na perspectiva do pensamento de Michel Foucault, questionar aquilo que pode ser considerado como científico e, por isso, verdadeiro é também compreender que há um jogo discursivo em operação, e que ao se dizer sobre algo este algo também está sendo produzido, em outras palavras, ele é instituído discursivamente nas relações de poder (FOUCAULT, 2012).

Se o pensamento foucaultiano evidencia de que modo são produzidos os sujeitos no escopo de uma norma social através de uma produção de saberes a respeito do sujeito, a partir das obras da filósofa Judith Butler é possível compreendermos como um sistema de significação nas relações de poder produz enunciados a respeito da vinculação sexo-gênero-desejo como uma suposta verdade dos sujeitos. Em seu livro *Gender Trouble*, Judith Butler (1999) afirma que o gênero não é nem verdadeiro, nem falso, mas uma performance que é realizada na superfície do corpo repetidamente. Tais repetições e reiterações das condutas acabam por produzir efeitos de realidade que invisibilizam as inconsistências performativas do gênero. Portanto, para que a heterossexualidade compulsória funcione como uma realidade – uma verdade acerca da suposta correspondência entre sexo, corpo e gênero – a performatividade do gênero necessita de uma reiteração discursiva constante para que a instabilidade dessas produções possa adquirir uma superfície de naturalidade, algo como da ordem da natureza, do que há de mais íntimo e verdadeiro sobre os sujeitos.

Entretanto, como instância ficcional, não há uma realidade que possa dar estabilidade à relação sexo-gênero-desejo. E se não há nada de estável no gênero, como seria possível instituir um feminino, ou um sujeito do feminismo, fixado na categoria mulher? Para Butler (1992), as “categorias de identidade nunca são meramente

descritivas, mas sempre normativas, e como tal, excludentes” (BUTLER, 1992, p. 15, tradução nossa). Isso não significa que o termo mulher necessite ser abolido das discussões feministas e das pesquisas no campo dos estudos de gênero. É necessário que termos como “o feminino” ou “a/s mulher/es” possam se configurar como categorias abertas, em que até mesmo interpretações não antecipadas pelas teorias feministas encontrem um espaço de discussão mais ampliado. Desestabilizar as produções normativas não significa o mesmo que eliminá-las, mas sim criarmos aberturas para estas categorias (BUTLER, 2004). De acordo com a autora,

[...] se o feminismo pressupõe que ‘mulheres’ designa a um campo de diferenças não designável, o termo mulheres não pode ser totalizado ou resumido por uma categoria de identidade descritiva, assim o próprio termo torna-se um lugar permanente de abertura e renúncia (BUTLER, 1992, p. 16, grifo da autora, tradução nossa).

Deste modo, como ressalta a autora Hélenè Cixous, propor pensarmos uma escrita feminina é justamente pôr em evidência as subjetivações contingentes que não cristalizam um feminino normativo pautado no que ele é ou, pela via da teoria psicanalítica, a partir do que falta. Nos importa pensarmos esta subjetividade como aquilo que transborda e que, ao escrever o si, coloca na cena dos eventos tanto o seu corpo como os corpos de todas as outras que se veem sob o risco de seu apagamento (CIXOUS, 2022). A escrita feminina é aquela que se lança politicamente ao sensível para poder contar acerca da vida em uma posição diferente daquela que se autointitula como quem faz e conta “a” História por meio do logos heteronormativo patriarcal.

É nesse sentido que esse artigo busca notabilizar uma das muitas mulheres que atuaram na esfera pública e, sem receio da militância, tiveram ativa participação política na luta contra as ditaduras militares. Muitas mulheres, no mesmo contexto de Flávia, passaram a "criar novos modos de existir, ocupando os espaços públicos, desenvolvendo novas formas de sociabilidade, reivindicando direitos e transformando a vida social, política e cultural" (RAGO, 2013, p. 18-19) na busca de seus ideais. Como explica Ana Maria Colling (1997),

A relação entre mulher e política tem sido tema tabu na sociedade brasileira. O lugar do homem é no comando do mundo político, à mulher resta o privado, onde muitas vezes os homens também comandam. Invadir o espaço público, político e masculino foi o que fizeram estas mulheres ao se engajarem em organizações de esquerda, clandestinas, para fazer oposição, juntamente com os homens, ao regime militar. Ousaram participar da política, espaço que marca a diferença e a exclusão (COLLING, 1997, p. 7).

Flávia Schilling foi uma das personagens femininas que simbolizou uma das campanhas de anistia com maior repercussão midiática na história política contemporânea do Brasil⁶. Há uma quantidade significativa de trabalhos sobre Flávia Schilling. No entanto, poucos estudos têm suas cartas como objeto de análise. A maioria dos trabalhos destina-se à campanha de anistia da mesma⁷.

Flávia Inês Wesp Schilling nasceu no estado do Rio Grande do Sul, na cidade de Santa Cruz do Sul, no dia 26 de abril de 1953. Filha de Paulo Schilling, braço direito de Leonel Brizola na Campanha da Legalidade. Com o golpe militar no Brasil, em março de 1964, Paulo Schilling, sua esposa Ingeborg e as suas quatro filhas, Cláudia, Flávia, Valéria e Andréa Schilling obrigaram-se a procurar asilo no Uruguai.

O Uruguai, popularmente reconhecido como um lugar de acolhimento irrestrito a exilados e pelas democracias liberais, passou a ser o principal destino para os que buscavam asilo em outros países da América Latina, que tinham o intuito de fazer dele um local de articulação da esquerda brasileira (MARQUES, 2006). Devido a isso, não muito mais tarde, o governo brasileiro estreitou as relações com o Uruguai. Mesmo com

⁶ O Coojornal publicou todos os dias um anúncio de Flávia Schilling até ela ser libertada do qual dizia: "Flávia, teu lugar é aqui". O anúncio foi "amplamente divulgado entre os anos 1978 e 1979 pela imprensa alternativa brasileira. Fruto de uma ampla campanha" (ROSA, 2013 p. 238).

⁷ Para isso ver: PERES, Lícia. O Movimento Feminino pela Anistia no Rio Grande do Sul. In: PADRÓS, Enrique Serra; BARBOSA, Vânia M.; LOPEZ, Vanessa Albertinence; FERNANDES, Ananda Simões (Org.). *A Ditadura de Segurança Nacional no Rio Grande do Sul (1964-1985): história e memória*. Porto Alegre: Corag, 2010. v. 4. p. 101-140.

RODEGHERO, Carla Simone. A anistia entre a memória e o esquecimento. *História Unisinos*, São Leopoldo, n. 02, v. 13, p.131-139, maio/agosto 2009. Disponível em: <http://revistas.unisinos.br/index.php/historia/article/view/5081>

RODEGHERO, Carla Simone. Para uma história de luta pela anistia: o caso do Rio Grande do Sul (1974-1979). *Tempo e Argumento*, Florianópolis, n. 01, v. 01, p. 99-122, janeiro/junho 2009. Disponível em: <http://www.revistas.udesc.br/index.php/tempo/article/view/711>

uma ditadura ainda não instaurada, o Uruguai foi o braço de apoio para o Brasil na efetivação da repressão em relação às atividades de oposição (MARQUES, 2006).

Antes da instauração de uma ditadura militar no Uruguai, as tensões já vinham acontecendo desde a escalada autoritária do país com a ascensão de Jorge Pacheco Areco ao governo em dezembro de 1967 (ÁVILA *et al.*, 2010). No final de 1971, os conflitos políticos se agravaram uma vez que o presidente eleito, Juan María Bordaberry, revelou sua afinidade ideológica com o governo brasileiro (ÁVILA *et al.*, 2010).

Em 1971, aos 18 anos, Flávia ingressou na Faculdade de Medicina da Universidade de Montevideu e meses depois abandonou os estudos para se dedicar à militância política, integrando o Movimento de Libertação Nacional – Tupamaro (MNL-T), mais conhecido apenas como Tupamaros. O movimento tinha dois objetivos ideológicos que pretendiam abranger todo o continente que, segundo Villalobos (2006, p. 68), consistiam na “implantação do socialismo como sistema socioeconômico e a criação de uma identidade nacional independente, com um nacionalismo antioligárquico e anti-imperialista”.

A partir de abril de 1972, Flávia passou a viver na clandestinidade. Como afirma Paulo Schilling, precisamente no dia 24 de novembro deste mesmo ano, às 21 horas e 45 minutos, na Avenida 8 de Outubro na cidade de Montevideu:

Flávia e seu companheiro, que tinham sido seguidos durante boa parte da tarde por dois oficiais do exército à paisana, foram detidos em plena rua e postos contra um muro com braços levantados. Enquanto um dos militares foi buscar reforços, o outro os ameaçava com uma P38. No caso de Flávia, a consciência revolucionária ou, simplesmente, o terror à tortura que sabia inevitável, atuou. Virando-se bruscamente, atirou a bolsa com as roupas que levava no rosto do oficial e correu. Já havia vencido os primeiros 20 metros quando uma segunda bala a alcançou no pescoço; um ferimento praticamente mortal (SCHILLING, P. 1978)⁸.

É a partir desse episódio que Flávia Schilling é presa no Uruguai, onde permaneceu em cárcere por oito anos. Depois de sete meses da prisão de Flávia, no dia 27 de junho de 1973, é instaurado o golpe de Estado uruguaio que, para Villalobos

⁸ Trecho escrito pelo pai de Flávia, Paulo Schilling, no livro *Querida Família* (1978).

(2006), foi um golpe alicerçado pelo próprio presidente Juan María Bordaberry com aliança militares. Durante os anos de cárcere, Flávia foi transferida várias vezes para diferentes prisões do Uruguai por ser considerada perigosa. Lá, conviveu com as mais diversas torturas físicas, mas principalmente as psicológicas, em que foi perdendo peso, os cabelos, os dentes e sofrendo fortes bloqueios de memória⁹.

A Escrita de si e as Sensibilidades

Em *A aventura de contar-se: feminismos, escrita de si e invenções da subjetividade*, Margareth Rago define a escrita de si como "[...] diferentes tipos de narrativas de si, entre memórias, depoimentos, entrevistas, correspondências, diários ou *blogs*, que permitem cartografar a própria subjetividade" (2013, p. 26). A escrita de si está comprometida com a verdade, mas não com a verdade universal e essencialista do positivismo. Mas com a verdade no sentido foucaultiano (FOUCAULT, 2012), produto das relações de poder e produtora do que é apresentado como discurso legítimo. Assim, para Rago, as verdades estão implicadas na sua multiplicidade, não sendo elas fixas e imutáveis. Cada cultura, sociedade, tempo e espaço produz suas verdades parciais e provisórias e passíveis de questionamentos.

Em uma cultura e sociedade ocidental-falocêntricas, os testemunhos lidos como legítimos e verdadeiros são aqueles produzidos por homens, sendo também, um privilégio das classes dominantes. Margareth Rago (2013), rompe com esse discurso tradicional de face masculina e elitista, problematizando a ilegitimidade e a invisibilidade das mulheres como testemunhas. A partir de aproximações foucaultianas, a historiadora se opõe aos testemunhos confessionais¹⁰, compreendendo a noção de escrita de si como "cuidado de si" (FOUCAULT, 2014) constituidor da subjetividade e como prática

⁹ Segundo Carlos Aveline, amigo da família Schilling e tradutor das cartas de Flávia no livro *Querida Família* (1978).

¹⁰ Os testemunhos confessionais tradicionais tinham como objetivo a sujeição às práticas disciplinares, a busca introspectiva de si e o reencontro com uma suposta verdade essencial (FOUCAULT, 2014; RAGO, 2013).

de liberdade, para tanto, fazendo o uso dessa noção para "[...] perceber e analisar as práticas feministas de si" (RAGO, 2013, p.41).

As mulheres do livro de Rago, assim como Flávia Schilling, tema desta pesquisa, "[...] recorreram à prática da escrita de si para tentar se reinventar, costurando suas subjetividades a partir de suas trajetórias, conflitos, frustrações e vitórias, utilizando essa escrita como ferramenta política" (SELIGMANN-SILVA, 2013, p. 13). O posicionamento e o objetivo político são constitutivos nesses testemunhos, desse modo as narrativas de cárcere de Flávia configuram-se como uma chave analítica para pensar as práticas de resistência durante as ditaduras militares na América Latina.

Neste trabalho, nos interessa refletir sobre como os escritos de Flávia foram usados como forma de expressão e resistência frente à prisão e à repressão do regime, tendo em vista que a análise da escrita de si busca:

problematizar as narrativas vivenciais constitutivas da própria subjetividade e explorar a dimensão narrativa da construção do eu na objetivação da experiência, isto é, a maneira pela qual essas mulheres se constituem discursivamente como sujeitos feministas, como recortam o passado, que experiências valorizam ou silenciam (RAGO, 2012. p. 23).

Para fins de análise, recorreremos às Sensibilidades como via metodológica, sem a pretensão de evocar um método no sentido prescritivo. Conforme Nádia Santos e Maximiano Meireles, o campo das Sensibilidades opera de forma interdisciplinar e em diálogo com diferentes áreas, explicitando "[...] através de marcas de historicidade, como os homens e mulheres do passado pensavam e sentiam o mundo desde seus aspectos sensíveis, afetivos, sensoriais em um contexto cultural e temporal específico." (SANTOS e MEIRELES, 2021, p. 5).

A História das Sensibilidades, segundo Sandra Pesavento (2004), lida com as sensações, com o emocional, com a subjetividade, com os valores e os sentimentos, que obedecem a outras lógicas e princípios que não os racionais. A tradução dessas sensações, subjetividades e sentimentos precisam ser encontradas pelas historiadoras

nas materialidades, para, assim compor, as narrativas do passado e a interpretação dos modos de existir e sentir coletivos e/ou individuais.

Epistemologicamente e metodologicamente, as Sensibilidades estão localizadas a partir da nova mirada da História Cultural, momento em que muitos materiais, até então marginais do ponto de vista historiográfico, são tomados como fontes de pesquisa. Este foi o caso deste tipo de escrita de si – as cartas. Segundo Santos (2008), supõe-se que a produção de cartas seja uma prática desde o advento da escrita, sob diversas formas e com as mais diferentes funções, pressupondo algumas variantes como tempo e espaço, autora e destinatária-receptora.

Nos últimos trinta anos, diante de uma grande quantidade de fontes desse gênero, as historiadoras e pesquisadoras que trabalham no campo da História Cultural, começaram a questionar, interrogar e utilizar a fonte como objeto de estudo, tornando-a objeto cultural. A partir disso, a escrita de si passou a receber maiores investimentos analíticos e maiores cuidados teórico-metodológicos. Por consequência, houve também uma busca por esse tipo de fonte e objeto de estudo nos arquivos privados e pessoais. Para Angela Gomes,

A acumulação e a disponibilização desse vasto e diversificado material arquivístico estimularam e permitiram, ao mesmo tempo, a sistematização de conhecimentos e de metodologias referentes à sua guarda e a seu uso como fonte e objeto histórico (2004, p. 10).

Embora o ato da escrita da própria vida em forma de correspondência nos remeta à uma prática bastante antiga, ela ganha peculiaridades com a constituição do sujeito da modernidade - um efeito do mundo moderno ocidental. Ou seja, segundo Gomes (2004), o sujeito moderno constitui uma identidade para si por meio de seus próprios documentos. Para a autora,

E esse indivíduo, que postula uma identidade para si e busca registrar sua vida, não é mais apenas o “grande” homem, isto é, o homem público, o herói, a quem se autorizava deixar sua memória pela excepcionalidade de seus feitos. Na medida em que a sociedade moderna passou a reconhecer o valor de todo indivíduo e que disponibilizou instrumentos que permitem registros de sua identidade, como é o caso da difusão do

saber ler, escrever e fotografar, abriu espaço para a legitimidade do desejo de registro da memória do homem [e da mulher¹¹] “anônimo[a]”, do indivíduo “comum”, cuja vida é composta por acontecimentos cotidianos, mas não menos fundamentais a partir da ótica da produção de si (GOMES, 2004, p. 13, grifo nosso).

É neste contexto que há uma valorização maior dos investimentos teórico-metodológicos do uso desse tipo de fonte. Assim como uma maior preocupação na busca por arquivos, principalmente pessoais, onde encontram-se esses registros de escritas de si. Além da exigência dessa construção de novas metodologias, houve também novas categorias e formas de análise, enfrentando as questões subjetivas que essa nova fonte de estudos abarcava.

A escrita de si, a partir da subjetividade de quem a produziu, carrega a sua verdade e sua legitimidade. Cabe à historiadora a cautela e o rigor analítico, pois o que passa a ser de importância na fonte conforme Gomes (2004, p. 15), é “[...] exatamente a ótica assumida pelo registro e como a sua autoria a expressa”. Portanto, não se busca a legitimidade do fato como uma verdade positivista - universal e essencial - visto que, a função do documento não é dizer o que houve, mas sim mostrar na perspectiva da autoria analisada o que se viu e se sentiu.

A sensibilidade da autoria está intimamente ligada com a possibilidade de uma sensibilidade receptora. Foi o sujeito moderno que conquistou a possibilidade de expressar nas cartas, para si e para os outros, aquilo que viu e sentiu. As cartas, muitas vezes, estabelecem relações entre a pessoa que escreve e a pessoa que lê, onde ambas participam ativa e indiretamente do processo de sua constituição (SANTOS, 2008).

As cartas também apresentam outras características, como a relação do domínio do tempo e do espaço. Em determinadas circunstâncias e/ou momento da vida de uma pessoa, ela se volta para o registro destes determinados períodos específicos de sua vida, como viagens, prisões. Ou seja, uma fase de sua vida que tenha sido excepcional. Além do domínio do tempo e também, ligado a ele, a subjetividade de quem a produziu é também constituída pelo tempo e pelo espaço em que ela é produzida. Nestas

¹¹ Nosso grifo na citação é referente à nossa inclusão da flexão de gênero junto ao texto original.

determinadas circunstâncias as cartas são usadas, além de como único meio de comunicação, como principal meio de expressão de sentimentos. Para Santos,

Cartas expressam sensibilidade através das palavras... Pois sensibilidade, no sentido que a ela se dá aqui, remete ao mundo do imaginário, enquanto forma de expressar para si e em si – “uma aventura da individualidade” – sentimentos, sensações, pensamentos, intuições, imagens, tanto relacionados aos estados afetivos, como aos “sentidos” e aos pensamentos mais interiores (SANTOS, 2008, p. 91).

Mais uma vez recai sobre a importância da receptora. A receptora não tem somente a função de receber, ler, guardar as cartas e manter um arquivo pessoal. Ela precisa ler e sentir, precisa desempenhar o papel de companheira frente aos sentimentos expostos através das palavras de quem a enviou. A autora quer e necessita ser escutada, lida. Ela quer que a receptora exerça interação com os seus pensamentos, sentimentos, com sua angústia, com sua solidão. É nesta inter-relação que os distanciamentos entre autora e receptora se encurtam. Para Gomes (2004), através da escrita é possível estar junto e próximo, funcionando como estratégia eficaz de aproximação de experiências de vida.

As cartas, diários, correspondências têm seus temas, assuntos e tendências de acordo com o espaço-tempo em que a autora está inserida, e isso subjetiva a sua produção epistolar. A fonte também pode se mostrar inacessível, devido aos segredos que carregam e pela invasão de privacidade que pode ocasionar. Para isso, é necessário questionar essa documentação. Quem as escreve? Quem as lê? Onde foram encontradas? Como são guardadas? Em que condições e locais elas foram produzidas? Qual o seu objetivo? Que assunto e que linguagens envolvem? Dependendo das circunstâncias essas questões devem e podem se estender (GOMES, 2004). O tratamento metodológico dado à fonte não deve ser aplicado de maneira universal, pois cada escrita foi subjetivada pelo contexto em que foi produzida.

O contexto da produção das cartas de Flávia Schilling

Durante todo o período que esteve reclusa, Flávia Schilling foi transferida de uma prisão à outra, nas mais diversas regiões do Uruguai. A maioria de suas cartas era destinada à família, enquanto outras eram endereçadas aos amigos e ao companheiro que também estava preso. Jovem, baleada e presa aos 19 anos de idade, tinha como único, e nem sempre fiel, meio de comunicação suas cartas, seus escritos cotidianos de cárcere, uma vez que as visitas eram praticamente escassas e, com o tempo, bastante limitadas. Por muito tempo, palavras escritas foram sua principal e quase única conexão com o mundo externo¹², assim como é expresso por Flávia em sua carta do dia 20 de julho de 1974: “Estava com muita vontade de escrever-lhes, pois essa é a única ponte mais ou menos sólida que temos para unir-nos e comunicar-nos.”

As cartas de Flávia abrangem, neste período de oito anos, desde o dia 10 de dezembro de 1972, quando estava hospitalizada em decorrência do tiro que levou no pescoço no dia em que foi detida, até o dia 21 de abril de 1980 quando já estava em liberdade no Brasil, no estado de São Paulo. Ao total foram cento e setenta e cinco cartas, todas escritas em língua espanhola, publicadas em dois livros. O primeiro, *Querida família*, publicado em 1978, contém trinta e cinco cartas escritas por Flávia até outubro de 1973, divididas em quatro capítulos: *Hospital*, *Presídio*, *Aniversário* e *Desespero*, selecionadas por Paulo Schilling, pai de Flávia e traduzidas pelo jornalista e amigo da família, Carlos Aveline. O segundo, *Querida liberdade*, publicado em 1980, contém cento e quarenta cartas, das quais vinte e seis são repetidas do primeiro livro, não havendo divisão em capítulos. Todas selecionadas e traduzidas por Cláudia Schilling Sancho, irmã mais velha de Flávia.

As transferências de Flávia para as mais diferentes prisões do Uruguai ocorreram por ela ter sido considerada uma das presas mais perigosas. Primeiramente, foi presa em um estabelecimento carcerário feminino em Punta Rieles, localizado nos arredores da cidade de Montevideu. Em julho de 1973 foi retirada de Punta Rieles e levada para

¹² Trecho escrito por Carlos Aveline no livro *Querida Família* (1978).

diversos quartéis, muitas vezes sem saber a sua localização. Foi durante essas constantes transferências de quartéis que Flávia conviveu com as mais diversas torturas físicas e principalmente psicológicas.

A única comunicação de Flávia eram as poucas linhas disponibilizadas a cada semana. No seu primeiro ano de prisão, um ano antes da ditadura militar ser instaurada no Uruguai, a troca de correspondências entre Flávia e a família era semanal e/ou quinzenalmente. Posteriormente, o período de troca de correspondências foi estendendo-se, variando entre quinze e trinta dias. À medida que os anos passavam, a situação de Flávia ficava cada vez mais angustiante e complicada.

No seu primeiro ano de prisão e comunicação, Flávia preferiu produzir textos mais amenos, que não preocupassem seus entes queridos. Também ocupava seu tempo produzindo artesanatos e os enviando para família. Compreendia-se como um peso para os familiares e não queria que tivessem qualquer preocupação com ela – o que era quase impossível. Porém, Flávia, estava muito inquieta em relação ao companheiro, que também havia sido preso.

Logo após sair do hospital¹³ Flávia teve seu primeiro contato com o militar que a capturou no Sexto Regimento da Cavalaria, onde começou a rotina dos “interrogatórios” (ROSA, 2009). Ela descreve esse encontro como algo natural, em que não houve qualquer sentimento de rejeição e trauma, mostrando o encontro para a família como “uma relação que só se pode dar entre o captor e o capturado, ou entre o muito possível matador e uma ressuscitada graças à Medicina”¹⁴. A sua recuperação foi considerada “milagrosa”, devido ao risco de morte em decorrência do tiro que levou no pescoço. Sua recuperação foi lenta e precária, já que nem sempre ela tinha a assistência médica necessária na prisão.

¹³ Em decorrência do tiro que levou no pescoço no dia em que foi detida, Flávia ficou cinco semanas internada no Hospital Militar de Montevideú entre a vida e a morte. Segundo Paulo Schilling, pai de Flávia, a bala havia atravessado a faringe, a laringe e a epiglote, havendo a necessidade de traqueotomia e transfusão de sangue. Durante essas cinco semanas a família não pode visitá-la, sabendo do ocorrido somente quatro dias depois por “amigos desconhecidos”. Flávia teve uma recuperação lenta e precária depois de enviada para o Sexto Regimento da Cavalaria.

¹⁴ Trecho escrito por Flávia Schilling na carta do dia 12 de fevereiro de 1973 do livro *Querida Família*.

Nos meses que precederam o golpe militar – ou aliança, já que se tratou de uma aliança entre o governo uruguaio e os militares – por volta de abril de 1973, as correspondências entre Flávia e a família foram drasticamente censuradas. Talvez até hoje ninguém tenha tido acesso às cartas originais trocadas entre Flávia e a família, já que estas passavam por uma espécie de “filtro”, sendo muitas vezes rasgadas e riscadas, antes de chegarem às pessoas destinadas. Para ela, as cartas eram uma forma de ter um pouco de proximidade com a realidade externa. As cartas não se tratavam de um meio de comunicação fiel e seguro. Mas era o único meio que Flávia tinha para ter contato com a realidade fora da prisão e lidar com suas angústias.

No dia 26 de abril de 1973, Flávia ganhou como “presente” de aniversário mais uma etapa de interrogatório duro. Sentia-se feliz e orgulhosa por não ter “afrouxado”, por ter se saído de forma íntegra. Agiu de forma diferente de seu companheiro que também foi interrogado, mas que acabou por ceder aos torturadores. Esse episódio deixou Flávia profundamente abalada. Em suas palavras, ela expressa o quanto isso pesou em seu cotidiano de cárcere, fazendo uma comparação por meio de metáforas entre um morto fisicamente e um moralmente: “Um, morto fisicamente; o outro, morto moralmente. E é este último que está realmente morto. O outro só nos deixou”¹⁵.

A partir de junho de 1973, quando a ditadura é instaurada, seu desespero frente à repressão são expressos em suas cartas nas brechas deixadas pela censura. Mas houve incontáveis diálogos entre ela e o pai, Paulo Schilling com páginas riscadas e até mesmo rasgadas, e aquilo que eventualmente foi descartado pela censura não se saberá jamais (LEMOS, 2004). Neste mesmo ano, Flávia fica sob regime de calabouço, sem comunicação, sendo transferida constantemente de um quartel para outro, sem prévio aviso.

O segundo semestre do ano de 1973 é o período mais longo e mais aflitivo da vida de Flávia Schilling, segundo ela mesma, levando o título de *Desespero* no último capítulo do seu primeiro livro, com duração de sete anos. A partir deste capítulo do livro, o montante de cartas escritas soma mais um livro: *Querida Liberdade*. É durante esse

¹⁵ Trecho escrito por Flávia Schilling na carta do dia 3 de julho de 1973 do livro *Querida Família*.

capítulo do livro e, conseqüentemente, da vida de Flávia que as situações mais devastadoras são narradas. Além de seu companheiro ter cedido aos torturadores, Flávia tem sua irmã mais velha presa e seu pai é “convidado” a deixar o Uruguai, e, posteriormente, sua mãe recebe o mesmo “convite”. Estes buscaram asilo na Argentina, na casa da sogra de sua filha mais velha, Cláudia, irmã de Flávia.

“Para não cair na água, construí uma ponte sob os meus pés”: As cartas de Flávia Schilling na prisão

Até meados de 1973, Flávia narrou seu cotidiano como sendo pacato, demonstrando positividade diante de sua reclusão. Suas cartas baseavam-se na narrativa de sua rotina em que ela produzia artesanatos para passar o tempo, vivendo a saudade que sentia da família, dos amigos e do companheiro. Ela também comentava sobre as leituras que fazia, já que seu pai lhe mandava muitos livros – por vezes barrados pelos militares por serem avaliados como algo perigoso. Eram livros que faziam alguma referência à política e à economia latino-americana e isso era encarado pelos militares como uma grande ameaça à política e ao regime do momento, não só no Uruguai como nos demais países da América Latina que estavam passando pelo período de ditaduras militares. Com o passar do tempo, devido à ameaça que estas leituras representavam para os militares, só eram permitidos os livros e revistas com temas “fúteis”, o que fazia Flávia sentir que o tédio era também parte significativa de seu sofrimento.

Flávia reprimiu, num primeiro momento, suas aflições mais agudas nas cartas por dois motivos. O primeiro, foi a tentativa de não causar à família ainda mais preocupações, passando uma imagem otimista de sua saúde física e psicológica; e o segundo, foi recorrer à contenção de suas emoções, procurando suprimir suas angústias. Entretanto, em um determinado momento, Flávia já não podia conter as dores que atravessavam seu corpo enquanto experiência marginal, invadida e expropriada de si, e é por meio de suas palavras que Flávia retorna ao si e, assim, retoma seu próprio corpo. Como em um redimensionamento político de sua existência, Flávia se constitui como um corpo que resiste a partir de uma autoria outra, aquela que conta de si em outros termos, a partir

de seu sofrimento e para muito além dele. Como afirma Hélène Cixous acerca da escrita das mulheres:

É preciso que ela se escreva, porque é a invenção de uma escrita nova, rebelde que, quando chegar o momento da libertação, lhe permitirá realizar as rupturas e as transformações indispensáveis na história, a princípio em dois níveis inseparáveis: a) individualmente: escrevendo-se, a mulher retornará a esse corpo seu, que fizeram mais do que confiscar, transformando-o num estranho do qual temos medo ao atravessar a rua – o doente ou o morto –, e que tantas vezes torna-se mau companheiro, causa e origem das inibições. Ao censurar o corpo, censura-se, de um golpe só, o sopro, a palavra. Escreva-te: é preciso que seu corpo se faça ouvir. Só assim jorrarão as imensas fontes do inconsciente (CIXOUS, 2022, p. 37).

Este momento de uma escrita que extrapola uma suposta serenidade ocorre às vésperas do julgamento de Flávia quando, então, ela foi condenada a nove anos de prisão. Três das suas cento e setenta e cinco cartas evidenciam uma síntese deste período, mostrando o contexto do cotidiano desolador de Flávia Schilling, expressos nos seguintes trechos de suas cartas:

15/10/74

[...] típica problemática do preso: ter de reprimir-se em todos os planos, desde o intelectual ao afetivo, passando por outros aspectos da personalidade, como a espontaneidade (esta coisa tão formosa e que cada dia é mais rara na gente), a ternura e um monte de outras coisas. Em suma, não poder ser o que se é, não poder expressar o que se sente, não poder dar tudo o que se tem. E o pior é que é preciso reprimir-se e ao mesmo tempo lutar por não se deformar demais. [...] Sempre nos dói algumas coisas, embora nos esforcemos para que isso não aconteça (SCHILLING, 1974. p. 46).

13/11/74

Usando uma alegoria, nos primeiros meses, para não cair na água, construí uma ponte sob os meus pés, para não me afogar e sobreviver, apelei aos argumentos convencionais e tratei de sufocar tudo o que sentia. Agora já tenho uma terrinha bem firme sob os pés (SCHILLING, 1974. p. 47).

26/4/75

É horrível: às vezes desejo que o tempo escorra, vôle, que se evapore em torno de mim, sem que eu sinta passar (como num sonho), para acordar apenas quando tudo isso já tiver terminado. Outras vezes, em compensação, isso me assusta, e desejo reter tempo, viver cada minuto,

lembrar-me dele, senti-lo, pois penso que cada dia e cada mês e cada ano que passa não vou recuperá-los mais, são irremediavelmente irreversíveis e, se não os vivo e aproveito, perdidos. E oscilo entre esses dois extremos, igualmente ruins (SCHILLING, 1974. p. 55).

As outras cento e setenta e duas cartas não foram descartadas de leitura e de uso analítico. Elas foram necessárias para contextualização, na busca e na análise do que Flávia buscou expressar através de suas palavras. Mas é nesses três trechos onde foi possível analisar a dimensão político-literária de Flávia frente ao regime militar e em que ela traz o de mais potente e sensível em seus escritos durante seus oito anos de prisão.

É possível perceber a partir da perspectiva destes três trechos que as cartas escritas por Flávia não tinham apenas a função de comunicação com a família e com o mundo externo, pois elas serviam como meios de escape do seu cotidiano de cárcere e como única maneira de transparecer a experiência do corpo em pensamento, suas emoções, sua vivência na história. Estes três trechos de cartas diferentes foram escolhidos, justamente por este fato, por trazerem muito bem expressos a sensibilidade de Flávia Schilling em meio ao seu cotidiano amargo e repressivo, por mais que ela tivesse a intenção de transmitir certa serenidade através de suas cartas. A escrita de Flávia, como meio de escape também era uma forma de resistir, criando uma autoria própria sobre a realidade, tornando o léxico deste cotidiano em uma afirmação de si, e negando-se ao silenciamento de sua experiência. De acordo com Hélène Cixous (2022),

É escrevendo, a partir da e em direção à mulher, e enfrentando o desafio do discurso governado pelo falo, que a mulher afirmará a mulher num lugar diferente daquele reservado a ela no e pelo símbolo, ou seja, o lugar do silêncio. Que ela escape da armadilha do silêncio. Que ela não permita que a reduzam aos limites da margem ou do harém (CIXOUS, 2022, p. 39).

A repressão era um fato presente diariamente na vida de um preso político durante os regimes militares na América Latina. Flávia, no seu trecho da carta do dia 10 de outubro de 1974 aponta a repressão como a típica problemática de um preso. A ponto de ter que reprimir-se tanto intelectual como emocionalmente e acabar por

perder sua identidade, tendo sua identidade deformada por seu cotidiano repressivo. Flávia talvez se sentisse impotente frente à repressão, como se tivesse grades dentro dela e tivesse que limitar todo seu potencial intelectual no trabalho artesanal e nas leituras "fúteis" que fazia na prisão. Ao mesmo tempo, ela recusava este lugar de completa limitação, a escrita era uma estratégia de desestabilização das fronteiras impostas a ela.

A carta do dia 13 de novembro de 1974, faltando sete meses para o seu julgamento, Flávia escreve uma das menores cartas que, no entanto, é a mais intensa. É neste momento que Flávia desabafa e resume metaforicamente em pouquíssimas palavras porque não transpareceu seus reais sentimentos de uma jovem presa, longe do mundo externo e deixou que tudo parecesse tão natural e tranquilo.

Era como se toda esta situação de presa, de repressão, de solidão fosse um grande oceano abaixo de seus pés e com receio de cair nessa água, de se deixar levar pela situação que estava vivendo, de deformar-se dentro da repressão cotidiana. Flávia vestiu uma alegoria, para driblar a censura e não submergir neste mar que a situação de presa acarretava, sufocando todos os seus sentimentos como estratégia de sobrevivência até que tivesse terra firme, segurança e um pouco de autoconfiança: "Para não cair na água, construí uma ponte sob os meus pés", frase escolhida como título para esse artigo.

Quatro meses depois, na carta do dia 26 de abril de 1975, faltando pouco tempo para seu julgamento, Flávia irá fazer da sua sensibilidade por meio das cartas um manifesto da sua relação com o tempo, sem prever quase uma década de condenação. Flávia oscilava entre dois extremos, dos quais, os dois eram ruins para a situação dela. Sem ainda saber dos seus nove anos de condenação, Flávia queria que o tempo corresse, voasse, sem ter que sentir o peso de cada dia amargo de cárcere e que tudo isso não passasse de um pesadelo ao despertar. Mas ao mesmo tempo, Flávia queria tirar o máximo de proveito possível deste período único de sua vida, expressando que, se ela não vivesse esse momento, mesmo que difícil e ruim, seria um tempo irremediavelmente perdido. Seu cotidiano era uma faca de dois gumes, queria que o tempo voasse ao mesmo passo do seu desejo de retê-lo.

Depois do dia 10 de junho de 1975, dia do seu julgamento, até abril de 1980 com a sua liberdade, Flávia segue seus dias confrontando-se com seu próprio emocional dentro do regime de calabouço, por vezes sem saber se realmente está viva, subsistindo entre as quatro paredes. No calabouço, Flávia passou um bom período convivendo com uma das suas maiores inimigas, a solidão, sendo totalmente dependente dos outros e ao mesmo tempo estava sozinha para suportar as dificuldades. Além da morte, Flávia só tinha a opção de aguentar e resistir e, segundo ela, na carta de 7 de janeiro de 1976, a sua relação com a prisão era um casamento sem direito a pedido de divórcio (SCHILLING, 1980).

Com o passar dos anos as cartas vão ficando cada vez mais limitadas e cheias de regras. A disponibilidade de escrita passa a ser em apenas quarenta linhas, havendo também padronização na cor da tinta e da letra, proibição do uso de aspas, poesias, contos e canções. Apesar de toda a limitação imposta no seu único meio de contato com o mundo externo, Flávia continuou usando as cartas para narrar os seus dias, o que estava vivendo e aprendendo. Assim, ela incorporou toda sua trajetória na prisão à sua realidade como momentos vividos intensamente e destacava a ênfase que dava aos sentimentos, acreditando ser o mais íntimo que os humanos possam possuir. Nas entrelinhas dos seus escritos é possível perceber uma jovem que teve seus sonhos de militante interrompidos – mas não de forma definitiva. Flávia se mostrou forte até construir “[...] uma terrinha bem firme sob os pés” (SCHILLING, 1974, p. 47), mantendo-se firme até o dia de sua liberdade.

Em 14 de abril de 1980, Flávia deixou a seguinte carta ao povo brasileiro – muito efetivo na sua campanha de anistia – em sua chegada a São Paulo:

S.P – 21/04/80

Querido povo brasileiro:

Hoje faz uma semana que fui libertada. Custou, mas chegou foi difícil, mas vocês (o povo brasileiro) ganharam a luta, ganhamos.

Esta carta é muito especial: hoje estou sentada em minha casa; já passou tudo (passou?), deparo-me agora, reaprendendo a vida cotidiana, o diálogo, a espontaneidade, todas as pequenas coisas (assim como aprender a abrir uma porta e tratar com naturalidade uma criança, tudo isso depois de sete anos e meio), insegura em muitos aspectos, porém lutando para que o medo à liberdade nunca seja mais forte do que o

amor a ela. O mais importante para afugentar os fantasmas do medo são vocês.

Uma pessoa nunca pára; todos os dias de sua vida se vai fazendo, nunca se chega. Não se pode nem se deve parar. Hoje, eu, que creio não ter parado, faço autocrítica de muitas coisas que fiz e disse. Penso que me liberei de esquematismos, (que somente aprisionam), de muito radicalismo (que faz agente ser muitas vezes parcial, injusta). Aclarei uma dúvida que tinha: se existe ou não a humildade. Hoje não duvido um instante: existe, mas não como um dom natural, mas sim como algo que se consegue no transcorrer da vida, algo que se consegue na salvação constante da gente diante dos acontecimentos. Penso que a humildade é uma atitude frente à vida. Tem como base o respeito. Respeito pela vida e pela morte, respeito pela grandeza e insignificância do homem, respeito pela diversidade humana e a unidade humana essencial: todos somos e temos direito de ser pessoas, pessoas livres, pessoas pensantes, pessoais totais.

Porque descobri a existência da atitude humilde ante a vida é que lhes deixo as minhas cartas com humildade.

São o “racconto” de momentos de tensão e de angústia, algumas são puro desabafo, outras são brincadeiras, outras, talvez, terapia, expressões de busca da minha identidade e justificação de vida nesta terra que nos foi dada viver. Isso sim: acho que são uma expressão da mais eterna luta do homem contra morte, a morte física e psíquica.

Um “não!” à morte, à alienação, à fragmentação, à manipulação do homem pelo homem.

Acho que uma carta formal para lhes agradecer nunca vou conseguir escrever. Por isso digo somente: um beijão para todos (SCHILLING, 1980, p. 125)¹⁶.

Considerações

As ditaduras instauradas na América Latina deixaram marcas na história desses países, marcas sensíveis em sujeitos comuns. Aqui trilhamos o caminho da epistemologia feminista e dos estudos de gênero e sexualidade para a análise das cartas de Flávia Schilling. Utilizando das Sensibilidades como metodologia, foi possível examinar os aspectos do cotidiano de cárcere de Flávia, essa personagem feminina importante na história política latino-americana. O escrutínio e recorte analítico deste artigo foi dado a três cartas, onde foi possível traduzir para a materialidade o aspecto sensível que Flávia experienciou nos seus oito anos de prisão.

¹⁶ Esta é a última carta de Flávia Schilling no livro *Querida Liberdade*. Essa carta não foi usada para fins de análise, apenas para contextualização do encerramento de suas cartas e da sua chegada ao Brasil.

As cartas de Flávia aqui analisadas contribuem para pensar as missivas como fonte e objeto historiográfico. Mas, para além disto, para pensar na relação subjetiva entre quem as escreve e quem as lê, em uma espécie de movimento dinâmico e relacional entre os sujeitos envolvidos com as mesmas. As cartas de Flávia sob a perspectiva feminista da escrita de si, oferece uma mirada de análise histórica que busca questionar a visão normativa e falocêntrica, afirmando e visibilizando as mulheres enquanto sujeitos da história. Como afirma Cixous (2022),

Enquanto sujeito da história, a mulher acontece sempre simultaneamente em vários lugares. Ela dispensa a história unificante, reguladora, que homogeneiza e canaliza as forças, e que orienta as contradições na prática de um só campo de batalha. Na mulher se cruzam a história de todas as mulheres, sua história pessoal, a história nacional e internacional. Enquanto combatente, é com todas as libertações que a mulher forma um só corpo (CIXOUS, 2022, p. 41).

Deste modo, a escrita de mulheres ou a "escrita feminina de si" (RAGO, 2013), implica em uma autoria da experiência feminina diante do evento histórico. Essas narrativas femininas de si são produzidas e produtoras da própria subjetividade, sendo "[...] a maneira pela qual essas mulheres se constituem discursivamente como sujeitos feministas, como recortam o passado, que experiências valorizam ou silenciam" (RAGO, 2013. p. 23). Ainda nas palavras de Margareth Rago, a análise da escrita feminina de si:

pretende dar visibilidade a práticas e modos de ação política e cultural menos perceptíveis e analisados, mas não menos importantes e impactantes. Visa destacar e refletir sobre experiências que têm sido menos teorizadas e estudadas na área dos estudos feministas, experiências intensas, miúdas e constantes de construção de outros modos de pensar, agir e existir em prol da autonomia feminina (RAGO, 2012. p. 21).

As cartas produzidas por Flávia durante os oito anos de prisão não foram seu único meio de comunicação e contato com o exterior. Flávia teve nas cartas uma possibilidade de escape emocional da repressão, da solidão e, principalmente, como meio para extravasar o seu sensível, fazendo das narrativas sua via de expressão e resistência. Foi por meio delas que Flávia conseguiu manter-se o mais próxima possível

da realidade externa aos portões da prisão. A família de Flávia teve um papel muito efetivo, pois ela era a receptora de suas cartas, cabendo a ela a função, além de guardar, de “ler e sentir” o que Flávia narrava entre as lacunas não capturadas pela censura (GOMES, 2004, p. 7).

É por meio das cartas que Flávia Schilling faz as suas representações do cotidiano de cárcere e dos anos sombrios vividos por ela, sendo através delas que Flávia consegue estar mais perto de tudo e todos e todas. É com essa narrativa de si que foi possível traduzir o sensível de Flávia entre as entrelinhas e nas brechas deixadas pela censura constante.

As análises da escrita de si nos permite ter um olhar outro sobre a história. Por ser de uma autoria que se propõe a lidar com a própria *psique*, a escrita de si expressa não somente a subjetividade de quem escreve, mas também a prática do si em sua relação com o outro e com o espaço-tempo. Essas narrativas referem-se às experiências sensíveis da vida, individuais e coletivas, inscrevendo essas mulheres na história e fazendo-as existir publicamente como sujeitos legítimos que também produzem o mundo.

Referências

ÁVILA, Graciane de. et al. Cronologia – O Rio Grande do Sul e o contexto de ditaduras civil-militar: as conexões repressivas. In: PADRÓS, Enrique Serra; BARBOSA, Vânia M.; LOPEZ, Vanessa Albertinence; FERNANDES, Ananda Simões (Org.). A Ditadura de Segurança Nacional no Rio Grande do Sul (1964-1985): história e memória. Porto Alegre: Corag, 2010. v. 3. p. 251-271.

BURGOS, Elisabeth. Meu nome é Rigoberta Menchú e assim nasceu minha consciência. Tradução de Lólio Lourenço de Oliveira. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1993.

BUTLER, Judith. Contingent Foundations: Feminism and the Question of Postmodernism. In; _____; SCOTT, Joan. Feminists Theorize the Political. Edited by Judith Butler and Joan W. Scott. New York, London: Routledge, 1992.

_____. Gender Trouble: feminism and the subversion of identity. New York: Routledge, 1999.

_____. Undoing Gender. New York, London: Routledge, 2004.

CIXOUS, Hélène. O riso da Medusa. Tradução: Natália Guerrelus e Raísa França Bastos. Posfácio: Flavia Trocoli. Rio de Janeiro: Bazar do Tempo, 2022. Edição do Kindle.

COLLING, Ana Maria. Resistência da mulher à Ditadura militar. Rio de Janeiro: Rosa dos Tempos, 1997.

FOUCAULT, Michel. História da Sexualidade I: a vontade de saber. Tradução: Maria Thereza da Costa Albuquerque e J. A. Guilhon Albuquerque. Rio de Janeiro: Graal, 2012.

_____. História da sexualidade III: o cuidado de si. São Paulo: Paz e Terra, 2014.

GOMES, Ângela de Castro (Org.). Escrita de si, escrita da História. Rio de Janeiro: FVG, 2004.

LAQUEUR, Thomas Walter. Inventando o sexo: corpo e gênero dos gregos a Freud. Tradução: Vera Whately. – Rio de Janeiro: Relume Dumará, 2001.

LEMOS, Renato (Org.). Bem traçadas linhas: A história do Brasil em cartas pessoais. Rio de Janeiro: Bom texto, 2004.

MARQUES, Teresa Cristina Schneider. Ditadura, exílio e oposição: os exilados brasileiros no Uruguai (1964-1967). 205 f. Cuiabá: UFMT, 2006. Dissertação (Mestrado em História) – Programa de Pós-Graduação em História, Instituto de Ciências Humanas e Sociais, Universidade Federal de Mato Grosso, Cuiabá, 2006.

MIGUEL, Luis Felipe, BIROLI, Flávia. Feminismo e política: uma introdução. 1.ed. – São Paulo: Boitempo, 2014.

PESAVENTO, Sandra Jatahy. Sensibilidades no tempo, tempo das sensibilidades. Nuevo Mundo Mundos Nuevos. Paris: École des hautes études en sciences sociales, fevereiro, 2004. Disponível em: <http://nuevomundo.revues.org/229#article-229>. Acesso em: 07 maio 2013.

PINSKY, Carla Bassanezi (Org.). Novos temas nas aulas de história. São Paulo: Contexto, 2013.

RAGO, Luzia Margareth. A aventura de contar-se: feminismos, escrita de si e invenções da subjetividade. Campinas, SP: Unicamp, 2013.

ROSA, Susel Oliveira da. Flávia Schilling e a escrita de si como dispositivo de resistência. Revista de Estudos Feministas Labrys, n. 15. jan/dez 2009. Disponível em: <http://www.tanianavarroswain.com.br/labrys/labrys15/ditadura/susel2.htm>. Acesso em: 01 junho 2014.

_____. Mulheres, ditaduras e memórias: “Não imagine que precise ser triste para ser militante”. São Paulo: Intermeios, 2013.

SANTOS, Nádia Maria Weber. Narrativas da loucura e História das sensibilidades. Porto Alegre: UFRGS, 2008.

_____; MEIRELES, Maximiano Martins de. As sensibilidades na pesquisa em História da Educação: delineamentos a partir do acervo da historiadora Sandra Jatahy Pesavento. Revista História da Educação, [S. l.], v. 25, 2021. Disponível em: <https://seer.ufrgs.br/index.php/asphe/article/view/102367>. Acesso em: 29 maio 2023.

SELIGMANN-SILVA, Márcio. Prefácio - Viver no feminino – Uma mais sete histórias de vida. In: A aventura de contar-se: feminismos, escrita de si e invenções da subjetividade. Campinas, SP: Unicamp, 2013, p. 11-17.

VILLALOBOS, Marco Antônio. Românticos ou sediciosos? Tupamaros: O nome da guerrilha no Uruguai. In:_____. Tiranos tremem!: Ditadura e resistência popular no Uruguai (1968-1985). Porto Alegre: Edipucrs, 2006, p. 63-71.

WILLIAMS, James. Pós-estruturalismo. Petrópolis, RJ: Vozes, 2012.

Fontes de pesquisa

SCHILLING, Flávia. Querida família. Porto Alegre: Coojornal, 1978.

SCHILLING, Flávia. Querida liberdade. São Paulo: Global, 1980.

Recebido em maio de 2023

Aceito em junho de 2023